

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Franca

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **ENTIDADE** é uma **ASSOCIAÇÃO** sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade nas áreas de Assistência Social, educação e saúde, conforme o artigo 2º do Estatuto Social, Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Lei n.º 2.403 de 08.08.80, Título de Utilidade Pública Municipal, conforme Lei n.º 1.985 de 30.06.71, Registrado no Conselho Municipal de Assistência Social sob n° 016/2012, Registrado no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente sob n° 27/1992, com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social renovado, com validade assegurada de 01/01/2015 a 31/12/2017 no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme processo de renovação n° 71000.139178/2014-00, protocolado tempestivamente.

A Apae de Franca é uma entidade de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência, que atua nas áreas da educação, saúde e assistência social. Nos termos da Lei 12.101/2009, presta serviços socioassistenciais, sem qualquer exigência de contraprestação dos usuários, com o objetivo de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e de promoção da sua inclusão à vida comunitária, no enfrentamento dos limites existentes para as pessoas com deficiência, de forma articulada com as ações educacionais e de saúde. Neste contexto, a APAE de Franca é certificada exclusivamente pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, ainda que exerça suas atividades em articulação com ações educacionais ou de saúde.

A documentação enviada ao MDS por ocasião da renovação do CEBAS em 2017, observou as orientações previstas pela Lei 12.101/2009, Decreto n° 8.242/2014, Portaria MDS n° 353/11, com observância as exigências da área da educação e saúde. O relatório de atividades encaminhado, seguiu a estrutura prevista na Resolução CNAS n° 14/2014, que define parâmetros para inscrição de entidade de assistência social. Neste mesmo relatório foi inserido, além das atividades desenvolvidas na área da assistência social, aquelas realizadas nas áreas da saúde e educação, com observância às terminologias e informações técnicas de cada área, caracterização do público atendido, especialmente na área da educação, considerando que a entidade não oferta bolsa de estudo. Destacamos que 100% dos serviços são gratuitos às pessoas com deficiência, assim atende ao perfil socioeconômico previsto na Lei 12.101/2009 para a área da educação, pois 76% dos alunos atendidos em 2016, possuíam o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A APAE de Franca tem como finalidade estatutária, em consonância com artigo 9º do Estatuto Social:

I – Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e transtornos globais do desenvolvimento, em seus ciclos de vida: crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania;

II – Prestar serviço de habilitação e reabilitação ao público definido no inciso I deste artigo, e a promoção de sua integração à vida comunitária no amparo da assistência social, realizando atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos, de forma isolada ou cumulativa às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e para suas famílias;

III – prestar serviços de educação especial às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

IV – Oferecer serviços na área da saúde, desde a prevenção, visando assegurar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla.

Os serviços desenvolvidos pela entidade são de ação continuada, gratuitos e planejados, destinados às pessoas com deficiência e suas famílias.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras.

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Diário” da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”.

A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

A Entidade desenvolve as atividades nas seguintes áreas de atuação: Saúde, Educação e Assistência Social e mantém sua escrituração contábil segregada por área de atuação (Saúde, Educação e Assistência Social).

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração de receitas e despesas do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências e provisão para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

d) Instrumento financeiro

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outros passivos circulantes e não circulantes.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Convênios a receber

Os valores das contas a receber são contabilizados considerando o regime de competência de suas operações.

Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, com as respectivas depreciações registradas pelo método linear, de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa n.º 05.

Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2017.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g) Gratuidades

Estão demonstradas conforme legislação vigente Lei n.º 12.101/09 e alterações e o decreto n.º 8.242/14.

h) Doações

As doações são reconhecidas como receita quando recebidas. Demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência

i) Aplicação de recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.



3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS COM RESTRIÇÃO

	2017	2016
Banco do Brasil C/Aplic. 16.659-6	484	-
Banco do Brasil C/Aplic. 24.903-3	2.593	-
Banco do Brasil C/Aplic. 24.907-6	4.593	-
Banco do Brasil C/Aplic. 25.088-0	1.327	-
Banco do Brasil C/Aplic. 25.091-0	1.564	-
Banco do Brasil C/Poup. 13.647-6	270	-
Caixa Econômica Federal C/Poup.33734	1.337.314	1.429.449
Caixa Econômica Federal C/Poup.3835-8	152.566	320.579
Total	1.500.711	1.750.028

4. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS A RECEBER

	2017	2016
Convênio 67/2016 – Assist Saúde SUS Federal	72.000	72.000
Termo Colaboração Saúde Capetinga	2.058	-
Termo Colaboração Educação Capetinga	1.614	-
Termo Colaboração Educação Claraval	8.070	-
Termo Colaboração Educação Cristais Paulista	12.912	-
Termo Colaboração Educação Itirapuã	1.615,74	-
Termo Colaboração Educação Jeriquara	14.526	-
Termo Colaboração Educação Pedregulho	3.228	-
Termo Colaboração Educação Ribeirão Corrente	4.035	-
Termo Colaboração Educação São José da Bela Vista	40.400	-
Convênio 70/2016 - FNAS-SUAS Unidade Referenciada	23.310	23.310
Termo Colaboração Assistência Cristais Paulista	2.645,76	-
Convênio FEAS	-	957
Total	186.415	96.267

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Franca

Mantenedora da Escola de Educação Especial 'João Maria Vianney'
 CEBAS - Certificado de Assist. Social - protoc. n° 71000.139178/2014-00
 CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde n° 2035901
 CNPJ. n° 45.316.338/0001-95 - Inscrição estadual: isenta



5. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO

<u>Descrição</u>	<u>Taxa</u>	<u>Saldo</u>		<u>Baixas</u>	<u>Transf.</u>	<u>Saldo</u>
	<u>Anual</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>Adições</u>			<u>31.12.2017</u>
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<u>Custo</u>						
Terrenos	-	-	-	-	-	-
Edificações	4	2.772.128	-	-	486.347	3.258.475
Máquinas, equip. e instalações	10	206.838	35.371	-	-	242.209
Móveis e utensílios	10	491.747	28.786	-	-	520.533
Veículos	20	367.214	-	(52.523)	-	314.691
Computadores e periféricos		205.558	109.426	-	-	314.984
Outros		153.697	49.591	-	-	203.288
Construção em andamento		475.441	318.274	-	(486.346)	307.368
Total		4.672.623	541.448	(52.523)	-	5.161.548
<u>Depreciação Acumulada</u>						
Edificações		(504.272)	(120.599)	-	-	(624.871)
Máquinas, equip. e instalações		(92.579)	(21.607)	-	-	(114.186)
Móveis e utensílios		(294.711)	(38.567)	-	-	(333.278)
Veículos		(220.138)	(61.165)	40.485	-	(240.818)
Computadores e periféricos		(164.907)	(31.753)	-	-	(196.660)
Outros		(99.715)	(17.072)	-	-	(116.787)
Total		(1.376.322)	(290.763)	40.485	-	(1.626.600)
Total		3.296.301	250.685	(12.038)	-	3.534.948

6. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

	2017	2016
Salários a pagar	115.367	286.630
Férias a pagar	-	77.244
13º salário a pagar	-	143.554
Outros	1.986	4.493
Total	117.353	511.921



7. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS A REALIZAR

	2017	2016
Convênio 758054 – Saúde	1.698.334	1.608.196
Convênio SINCOV 8110631	325.636	320.579
Termo Fomento n.º 64/2017	100.836	-
PDDE Federal	39.241	52.267
Termo Colaboração Educação Capetinga	2.942	-
Termo Colaboração Educação Claraval	2.516	-
Termo Colaboração Educação Itirapuã	562	-
Convênio 70/2016 / Unidade Referenciada	16.900	19.187
Convênio 75/2016 / Centro Dia	58.707	61.861
Subvenção Social/Auxílio Serv. Domicílio	27.002	39.068
Recurso Federação Estadual das APAE's	15.111	-
Termo Colaboração Feac	308	-
Total	2.288.095	2.101.158

8. DOAÇÕES RECEBIDAS PARA INVESTIMENTO

	2017	2016
Doações recebidas para investimento (não circulante)	126.673	142.755
Total	126.673	142.755

9. CONTINGÊNCIAS A PAGAR

A Entidade possui processos judiciais em andamento e fase de defesa que envolve responsabilidades contingentes e estimativas de perdas prováveis no montante de R\$ 8.600.

10. SUBVENÇÕES ESPECÍFICAS E CONVÊNIOS

Durante os exercícios de 2017 e de 2016, a entidade recebeu subsídios através de subvenções e convênios firmados com órgãos federais, estaduais, municipais e particulares, cujos valores contabilizados em receitas, representam:

	2017	2016
Saúde	3.080.937	2.771.789
Educação	4.583.413	3.413.973
Assistência Social	1.848.145	1.445.668
Total	9.512.495	7.631.430

11. APLICAÇÃO DE SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS ESPECÍFICOS

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está demonstrando a aplicação dos Recursos e as responsabilidades decorrentes de tais recursos, conforme abaixo:

Exercício de 2017

Exercício	Concedente	Atividade	No. Convênio	Vlr. Recebido c/ rendimento	Vlr. Realizado
				R\$	R\$
2017	Governo Federal	Assistência	Termo Colaboração 70/2016 FNAS - Unidade Referenciada	280.360,64	309.622,16
2017	Governo Municipal	Assistência	Termo Colaboração 70/2016 - Unidade Referenciada	762.720,46	779.333,70
2017	Governo Municipal	Assistência	Termo Colaboração 75/2016 – Centro Dia	443.808,40	446.783,22
2017	Governo Municipal	Assistência	Subvenção – Lei n.º 8.209/14 – Serviço Domicilio	-	12.066,00
2017	Governo Municipal	Assistência	Subvenção – Lei n.º 8489	305.000,00	185.863,74 ²⁰¹⁶ 121.082,30 ²⁰¹⁷
2017	Governo Municipal	Assistência	Termo de Colaboração FEAC	17.299,38	17.440,84
2017	Governo Municipal	Assistência	Termo de Colaboração Assist Cristais Paulista	11.978,53	12.396,76
2017	Governo Municipal	Assistência	Termos de Colaboração Assist Ibiraci	4.734,56	6.482,00
2017	Governo Federal	Educação	PDDE Federal	-	13.238,05
2017	Governo Estadual	Educação	Termo de Colaboração Secretaria Estadual Educ	974.564,86	989.972,99
2017	Governo Municipal	Educação	Termo de Colaboração Educ Capetinga	8.179,82	6.877,25
2017	Governo Municipal	Educação	Termo de Colaboração Educ Claraval	67.212,14	73.331,84
2017	Governo Municipal	Educação	Termo de Colaboração Educ Cristais Paulista	45.382,54	59.479,45
2017	Governo Municipal	Educação	Termo de Colaboração Educ Ibiraci	84.328,30	84.593,57
2017	Governo Municipal	Educação	Termo de Colaboração Educ Itirapuã	22.755,14	23.974,53
2017	Governo Municipal	Educação	Termo de Colaboração Educ Jeriquara	48.453,00	49.528,68

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Franca

Mantenedora da Escola de Educação Especial 'João Maria Vianney'
 CEBAS - Certificado de Assist. Social - protoc. n° 71000.139178/2014-00
 CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde n° 2035901
 CNPJ. n° 45.316.338/0001-95 - Inscrição estadual: isenta



2017	Governo Municipal	Educação	Termo de Colaboração Educ Patrocínio Paulista	19.569,17	20.243,47
2017	Governo Municipal	Educação	Termo de Colaboração Educ Pedregulho	16.370,12	19.812,04
2017	Governo Municipal	Educação	Termo de Colaboração Educ Restinga	166.025,87	169.830,80
2017	Governo Municipal	Educação	Termo de Colaboração Educ Ribeirão Corrente	47.724,35	51.950,60
2017	Governo Municipal	Educação	Termo de Colaboração Educ Rifaina	36.278,30	37.628,23
2017	Governo Municipal	Educação	Termo de Colaboração Educ São J. B. Vista	56.678,68	99.456,87
2017	Governo Municipal	Educação	Termo Colaboração n.º 74 - Prefeitura Franca	964.512,87	965.562,33
2017	Governo Federal	Saúde	Conv. SICONV 758054	-	3.547,56
2017	Governo Federal	Saúde	Conv. SICONV 810631	-	13.542,17
2017	Governo Federal	Saúde	Convênio 66/2016 1º aditamento	1.168.030,75	1.690.509,62
2017	Governo Federal	Saúde	Convênio 67/2016 1º aditamento	795.331,28	881.799,30
2017	Governo Municipal	Saúde	Subvenção Social Saúde Lei 8489	300.000,00	300.158,54 ²⁰¹⁶ 511,50 ²⁰¹⁷
2017	Governo Municipal	Saúde	Termo de Colaboração Saúde Capetinga	10.460,59	14.703,17
2017	Governo Municipal	Saúde	Termo de Colaboração Saúde Ibiraci	12.401,96	14.423,32
2017	Governo Municipal	Saúde	Termo de Fomento 64/2017 – Acesso CER	100.836,15	-

12. COMPOSIÇÃO DAS GRATUIDADES

Para atender os requisitos da legislação vigente lei n.º 12.101/09 e o decreto n.º 8.242/14 a Entidade efetuou os seguintes procedimentos em gratuidades:

Exercício de 2017 - Valores demonstrados em Reais – R\$

<u>Descrição</u>	<u>Gratuidades Realizado</u>	<u>Receitas Públicas</u>	<u>Quantidade Média de Atendidos</u>
Educação	5.556.668	4.583.413	505
Saúde	3.684.006	3.080.937	921
Assistência Social	2.584.234	1.848.145	436
Total	11.824.908	9.512.495	1.862

A Entidade recebe recursos das esferas Municipais, Estadual e Federal, conseqüentemente as gratuidades concedidas são de 100% e o excedente das despesas é coberto por "Receita Própria".

A Entidade possui convênio com o SUS e o atendimento é de 100% gratuito, pois não são atendidos procedimentos através "convênios privados e particulares".

13. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Durante os exercícios de 2017 e de 2016 a Entidade apurou um custo de R\$ 154.689 e de R\$ 108.393, respectivamente decorrente de serviços voluntários utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

14. RESULTADO DAS AÇÕES ASSISTENCIAIS/SAÚDE/EDUCAÇÃO (INDICADORES)

A Entidade em atendimento a Lei No. 12.101/09, Decreto n.º 8.242/14 na realização de suas atividades de assistência social (fins), demonstra no quadro abaixo os dados quantitativos das ações sociais:

SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SUAS FAMILIAS

Principais Atividades	Número de Atendimentos		Número de Pessoas Atendidas*	
	2017	2016	2017	2016
Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade para Pessoas com Deficiência e suas famílias, ofertados na modalidade:				
a) Serviço para PCD na modalidade de Unidade Referenciada	82.060	82.500	373	375
b) Serviço para PCD na modalidade de Centro dia para pessoas com deficiência	13.860	10.560	63	48
c) Serviços ofertados para PCD modalidade domicílio do usuário ¹	330	330	15	15
TOTAIS	96.250	93.390	451	438

*A entidade encerrou o ano com uma média de 921 atendidos, que foram acompanhados e orientados em suas demandas pela área da assistência social, porém inseridos nos serviços socioassistenciais, foram efetivamente 451 usuários.

14.1 DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS:

As ações de Defesa e garantia de Direitos visaram a garantia e pleno acesso aos Direitos da pessoa com deficiência no conjunto das provisões socioassistenciais, em parceria com o sistema de Garantia de Direitos, como: Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Tutelar e outros. Os usuários e suas famílias foram atendidos de acordo com as demandas apresentadas e/ou identificadas pela equipe de profissionais.

¹ Em 2016 a entidade deixou de ofertar o Serviço no Domicílio, porém continuou com acompanhamento mensal à algumas famílias, considerando a situação de vulnerabilidade das mesmas.

14.2 ATENDIMENTOS- GRATUIDADES CONCEDIDAS (SAÚDE)

Os serviços ofertados no Centro Especializado em reabilitação foram realizados na perspectiva da habilitação e reabilitação, destinado à crianças, adolescentes, adultos e idosos, com deficiência física ou intelectual, mediante encaminhamento da Secretaria Municipal de Saúde. O serviço contou com equipe multiprofissional e especializada no atendimento a pessoa com deficiência, que trabalha de forma individual e grupal. Foi realizado atendimento de estimulação precoce, atendimento ambulatorial especializado. A entidade ofertou ainda, o serviço de assistência a saúde, destinado as pessoas com deficiência intelectual e múltipla, em complementação as disponibilidades do Município de Franca, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Neste serviço foi realizado atendimento complementares ao CER, como atendimento odontológico, hidroterapia, fisioterapia respiratória, hipoterapia e atendimento de fisioterapia e fonoaudiologia no domicilio dos usuários mais comprometidos.

14.3 DO NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS

No decorrer do ano foram atendidos em média 921 usuários/mês, no Centro Especializado em Reabilitação e no Serviço de Assistência a Saúde, destinados à pessoa com deficiência intelectual, múltipla e física.

14.4 QUANTITATIVO DOS ATENDIMENTOS

Os serviços de atenção a saúde foram realizados no Centro Especializado em Reabilitação e no Serviço de assistência a Saúde, por equipe multiprofissional, como: médicos, dentistas, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, nutricionista, psicólogos e assistentes sociais, enfermeiros, entre outros. Em 2017 foram realizados 83.729 procedimentos/atendimentos de média e alta complexidade às pessoas com deficiência intelectual, múltipla e física, usuários do SUS – Sistema Único de Saúde.

14.5 DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Conforme determinação do artigo 4o. da Lei No. 12.101/09, artigo 19 do Decreto n.º 8.242/14, e portaria 834/16 Ministério da Saúde a Entidade cumpriu as metas estabelecidas para o Centro Especializado em Reabilitação, bem como no Convênio de Prestação de Serviços de Assistência a Saúde.

14.6 ATENDIMENTOS- GRATUIDADES CONCEDIDAS (EDUCAÇÃO)

A Escola de Educação Especial João Maria Vianney ofereceu Educação Infantil e Ensino Fundamental, na modalidade especial de ensino às pessoas com deficiência intelectual, múltipla e/ou Transtorno do Espectro Autista associado a deficiência intelectual, que necessitou de apoio pervasivo, cujas necessidades de recursos e apoios extrapolaram, comprovadamente, as disponibilidades das escolas da rede comum de ensino. As etapas de escolarização foram organizadas em Educação Infantil (Educação Precoce e Pré-Escola), para alunos de 0 (zero) a 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses e Ensino Fundamental na FASE I: Escolarização inicial, para alunos de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e 11 (onze) meses e FASE II: Programa socioeducacional, para alunos a partir de 15 (quinze) anos.

Os serviços oferecidos são 100% gratuitos a pessoa com deficiência e atende ao perfil socioeconômico previsto na Lei 12.101/2009 para a área da educação.

14.6.1 DOS PROGRAMAS ATENDIDOS

14.6.1.1 EDUCAÇÃO INFANTIL

Na Educação Infantil a prática educativa permitiu por parte dos alunos a construção de uma imagem positiva de si, descobrindo e conhecendo seu próprio corpo, suas habilidades e limitações; contribuiu também para o estabelecimento de vínculos afetivos que fortaleceram a autoestima e ampliaram as possibilidades de comunicação e interação social. O Plano Curricular foi desenvolvido observando-se a base nacional comum: Identidade e Autonomia, Linguagem Oral e Escrita, Arte, Matemática, Natureza e Sociedade, Música, Movimento. O programa de educação infantil encerrou o ano com 40 alunos regularmente matriculados.

14.6.1.2 ENSINO FUNDAMENTAL

O Ensino Fundamental realizou atendimento educacional especializado, do 1º ao 5º ano e teve como objetivo proporcionar condições adequadas e favoráveis ao desenvolvimento da aprendizagem, através das habilidades sociais, intelectuais, comunicativas, comportamentais e motoras.

O trabalho foi desenvolvido de acordo com o modelo teórico do sistema funcional e multidimensional da AAIDD – Associação Americana em Deficiência Intelectual e do Desenvolvimento, tendo como base os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, a Pedagogia de Projetos, o Planejamento Diário da Turma e o Plano de Ensino Individualizado (PEI) do aluno. A APAE de Franca ofertou atendimento educacional especializado a 465 alunos do ensino fundamental, que não puderam se beneficiar com a inclusão na Rede Regular de Ensino, utilizando de diversas estratégias no processo educacional.

14.6.1.3 DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DO MÍNIMO DE BOLSAS INTEGRAIS

Todas as matrículas realizadas na Escola de Educação Especial “João Maria Vianney”, mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Franca, são ofertadas gratuitamente à pessoa com deficiência intelectual.

EXERCÍCIO DE 2017

Educação Básica	Quantidade
Alunos matriculados	505
Alunos pagantes *	-
Alunos com bolsas integrais	505

*A APAE de Franca não possui receitas com mensalidades.

15. ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDA

Em atendimento a legislação vigente valores relativos às isenções previdenciárias e isenções sociais (COFINS) gozadas durante os exercícios de 2017 e de 2016, correspondem aos montantes de R\$ 2.037.028 e de R\$ R\$ 2.054.037, respectivamente.

16. RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade tem os tributos mencionados abaixo como base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS sobre receitas, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IRPJ, CSLL, IRRF s/ aplicações financeiras.

17. INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros estão apresentados no balanço patrimonial pelos valores de custo, acrescidos das receitas auferidas e despesas incorridas, os quais se aproximam dos valores de mercado. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e estabelecimento de sistemas de controles.

A Entidade não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e, tampouco, possui em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

18. COBERTURA DE SEGUROS

A entidade mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

19. CARACTERÍSTICAS DA IMUNIDADE

A Entidade é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º da CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- A instituição é regida pela Constituição Federal;
- A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo;

20. REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos;

- a) Não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.
- b) Aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art. 55, § único, do Estatuto Social).
- c) Mantem a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

21. REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA.

Para usufruir da isenção tributária, cumpre os seguintes requisitos:

Estatutários

- Não percebe a seus direitos, conselheiros, sócios, instituidores ou beneficiários, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.
- Aplicar suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.
- Não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto.
- Atende o princípio da universidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as);
- Tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades sem fins lucrativos congêneres ou a entidade pública consta em seu estatuto social a natureza, objetivos e público alvo.

22. OPERACIONAIS CONTÁBEIS

- Possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrativos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- Mantem sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidades de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- Conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, dos documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;
- Compre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributárias;
- Elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade;



23. VALORES DE MULTAS RESCISÓRIAS

A entidade apurou um saldo de R\$ 2.102.587,18 referente a provisões de verbas rescisórias e o valor de R\$ 225.366,37 referente a provisão de férias, em 31/12/2017.